

Edição v. 39
número 1 / 2020

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 39 (1)
abr-jul/2020

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

O projeto Escola Sem Partido tem partido? Debate político nas redes sociais

The Polical Party School project has political party? Political debate on social network

KARLLA CHRISTINE ARAÚJO SOUZA

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) – Mossoró, RN, Brasil. E-mail: karlla_chris@yahoo.com.br. ORCID: 0000-0002-3992-2163.

IUSKA KALIANY FREIRE DE OLIVEIRA

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) – Mossoró, RN, Brasil. E-mail: iuskafreire@gmail.com. ORCID: 0000-0002-3339-1437.

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SOUZA, Karlla Christine Araújo; OLIVEIRA, Iuska Kaliany Freire de. O projeto Escola Sem Partido tem partido? Debate político nas redes sociais. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 131-150, abr./jul. 2020.

Enviado em: 7/6/2019. Revisor A: 12/8/2019; Revisor B: 20/9/2019; Revisor A: 05/11/2019. Aceito em: 5/11/2019.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v38i3.28996>

Resumo

Este artigo é resultado da pesquisa intitulada *Motins Digitais, Insurgências nas redes sociais contra o projeto Escola Sem Partido*. Nosso estudo analisa dois espaços de resistência nas redes sociais contrários ao Projeto Escola Sem Partido, são eles: Escola sem Mordada e Professores contra o Escola Sem Partido. A problemática parte dos questionamentos de como a ação coletiva é organizada nas redes sociais para protestar contra o projeto Escola Sem Partido e de que forma esses espaços se consolidam como campo de debate político. Mapeamos também o coletivo MBL para compreendermos o viés político das postagens e através dos conceitos de *Bolha*, *Pós-Verdade* e *Totalitarismo* ir além dos binarismos e desmistificar os interesses políticos do projeto e seus apoiadores.

Palavras-chave

Escola Sem Partido; Escola sem Mordada; Professores contra o Escola Sem Partido; Debate Político; Redes Sociais.

Abstract

This article is a result of the research titled *Digital Riots, Insurgencies that resonate in social networks against the non-party school*. Our study analyzes two areas of resistance in social networks that oppose the Project Without a Political Party, they are: School without Gag and Teachers against the School without Political Party. The problematic part of the questionings as the political action is organized in the social networks to protest against the project School without Party and in what form these spaces consolidate like field of political debate. We also map the collective MBL to understand the political bias of the posts and through the concepts of Bubble, Post-Truth and Totalitarianism to go beyond binarisms and to demystify the political interests of the project and their supporters.

Keywords

School without Party; School without Gag; Teachers against school without Party; Political Debate; Social networks.

O mundo conectado

Este estudo foca nos movimentos sociais de insurgência que se disseminam nas redes sociais e dão margem ao que denominamos de motins digitais - uma apropriação do termo utilizado por Edward Thompson (1998) para retratar as rebeliões das classes populares da Inglaterra no século XVIII, quando o aumento do preço do trigo ameaçou o consumo do pão pelas classes populares e fez surgir movimentos insurgentes e rebeliões, os conhecidos motins. Para Thompson, tais movimentos não tinham como única causa o fator econômico, mas também eram preponderantes os fatores sociais, uma vez que o hábito e o costume do consumo do pão foram interrompidos. Traçando um paralelo com os dias atuais, analisando as manifestações realizadas no Facebook contra o Projeto Escola Sem Partido, o que seria o “pão ameaçado” dos professores? Nossa hipótese é que a autonomia docente e a liberdade de ensinar e de aprender é que estão sob ameaça. Como recorte dos movimentos sociais que se organizam no Facebook, optamos pelos coletivos Escola sem Mordaza e Professores contra o Escola Sem Partido tendo em vista a dinâmica organizada dos sujeitos que delas participam e os conteúdos políticos de suas postagens.

Enquanto problemática da pesquisa, questionamos como a ação coletiva é organizada nas redes sociais para protestar contra o projeto Escola Sem Partido e de que forma esses espaços se consolidam como campo de debate político. Tendo como objetivos analisar a organização das redes sociais como espaços de expressão; verificar o comportamento e as postagens dos usuários das duas páginas no Facebook, analisar suas motivações políticas e suas concepções sobre o papel da escola; investigar a dinâmica dessas postagens e o apelo popular que elas alcançam, determinadas pela interação e compartilhamento.

A fim de catalogarmos as postagens diárias de ambos os coletivos estudados, no período que decorreu entre 30 de junho de 2016 e 13 de março de 2019, utilizamos a etnografia virtual. O termo “etnografia virtual” foi popularizado pela pesquisadora inglesa Christine Hine, em livro homônimo escrito em 2000. Hine propôs inicialmente uma divisão entre o real e o virtual, o objetivo dessa abordagem foi delimitar o campo da pesquisa etnográfica na Internet. Tal pensamento foi atualizado posteriormente pela própria autora, que coloca a Internet como artefato cultural com múltiplos significados, sem fazer distinção entre os planos on-line e off-line.

A realização de trabalhos etnográficos em ambientes digitais suscita uma discussão em torno do papel do pesquisador, seu grau de envolvimento com o objeto e suas implicações éticas. Há dois tipos extremos de pesquisador na rede em termos de grau de inserção: o silencioso (*lurker*) e o participante (*insider*), (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2011, p.193). Optamos pelo perfil do *lurker*, que é o pesquisador que entra em listas de discussão, fóruns, comunidades on-line etc. apenas como observador, sem participação ativa.

Para compreender o engajamento entre os sujeitos e a dinâmica das interações que os unem, estivemos ancoradas no conceito dos quadros interpretativos abrangentes, sob a ótica da política do confronto (TARROW, 2009). Nossa fundamentação teórico-metodológica também está fundamentada no procedimento de Tradução (SANTOS, 2010), nos estudos sobre os movimentos sociais na era da internet (CASTELLS, 2013), incluindo conceitos teóricos como Pós-verdade (D'ANCONA, 2018), Bolhas (PARISER, 2012) e o contexto do Totalitarismo (ARENDR, 1989).

A origem do projeto Escola Sem Partido

A ideia de fundar o movimento surgiu em 2004, por iniciativa do procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib, coordenador e fundador do programa. Em entrevista concedida ao jornal El País¹, Miguel Nagib conta que no ano de 2003 sua filha chegou em casa comentando que o professor de história

¹ Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html. Acesso em: 01 jun. 2018.

tinha comparado Che Guevara a São Francisco de Assis, a analogia teria sido feita para exemplificar pessoas que abrem mão de tudo que tinham por uma ideologia, o primeiro, em nome de uma ideologia política, o segundo, por uma religiosa. Após esse episódio, Nagib redigiu uma carta aberta ao professor, imprimiu 300 cópias e distribuiu no estacionamento da escola da filha. A recepção não foi positiva, ele não encontrou apoio de outros pais e até uma mobilização em apoio ao professor foi realizada. Inconformado, ele fundou em 2004 o programa Escola Sem Partido.

A versão romantizada do início do movimento ignora outros aspectos políticos e ideológicos. Nagib foi integrante do Instituto Liberal de Brasília, que conta com o apoio de grandes grupos econômicos para defender e difundir valores neoliberais. Artigo produzido por Fernanda Moura, para a revista *Ciência Hoje* (2019), aponta que foi nesse espaço que aconteceu o contato de Nagib com as teses de Nelson Lehmann da Silva e Olavo de Carvalho, ideólogos da concepção de doutrinação na educação brasileira. Também foi no Instituto Liberal que ele conheceu o sociólogo Bráulio Porto de Matos, vice-coordenador do movimento Escola Sem Partido (ESP). Nagib também atuou como articulista do Instituto Millenium², que defende e trabalha ideais neoliberais.

Durante muitos anos, o programa não teve grande expressividade. O movimento alcançou maior projeção a partir de 2014, com a campanha presidencial que polarizou a sociedade em direita e esquerda, ou *coxinha* e *mortadela*, termos popularizados nas redes sociais. A oposição ao governo Dilma Roussef responsabilizou o partido da então presidenta pela suposta doutrinação *comunista-homossexual* (MOURA, 2016).

No final de 2015 e no primeiro semestre de 2016, o movimento entrou em ebulição. Nas salas de aula, os professores que denunciavam a ruptura da ordem democrática, a partir do *impeachment* da presidente Dilma, eram vistos como doutrinadores que cometiam o abuso da liberdade de ensinar. O programa ganhou o reforço de outras correntes de extrema direita como o Movimento Brasil Livre (MBL).



Imagem 1 – Printscreen da postagem da página Escola Sem Partido, no Facebook, em 16 de abril de 2017

Fonte: Página Escola Sem Partido, no Facebook. acesso em: 01 maio 2017

² O Instituto Millenium (Imil) se denomina como uma entidade sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária com sede no Rio de Janeiro. Formado por intelectuais e empresários, o think tank promove valores e princípios que garantem uma sociedade livre, como liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de Direito e limites institucionais à ação do governo. Disponível em: <https://www.institutomillennium.org.br/institucional/quem-somos/>. Acesso em: 10 mar. 2019.

O pesquisador Fernando Penna (2016) aponta a ligação do programa Escola Sem Partido com o Rio de Janeiro, pois foi na capital fluminense que os primeiros projetos de Lei referentes ao programa foram lançados. No dia 03 de maio de 2014, o deputado estadual Flávio Bolsonaro apresentou o Projeto de Lei nº 2974/2014 que instituía no âmbito do ensino estadual do Rio, o programa Escola Sem Partido. O mesmo projeto, com poucas alterações foi apresentado na esfera municipal pelo vereador Carlos Bolsonaro no dia 3 de junho de 2014. Disponibilizados no site do programa (www.escolasempartido.org), os projetos foram copiados e adaptados para outros estados e regiões.

Uma das publicações mais populares do movimento é esse banner que lista os seis deveres do professor:

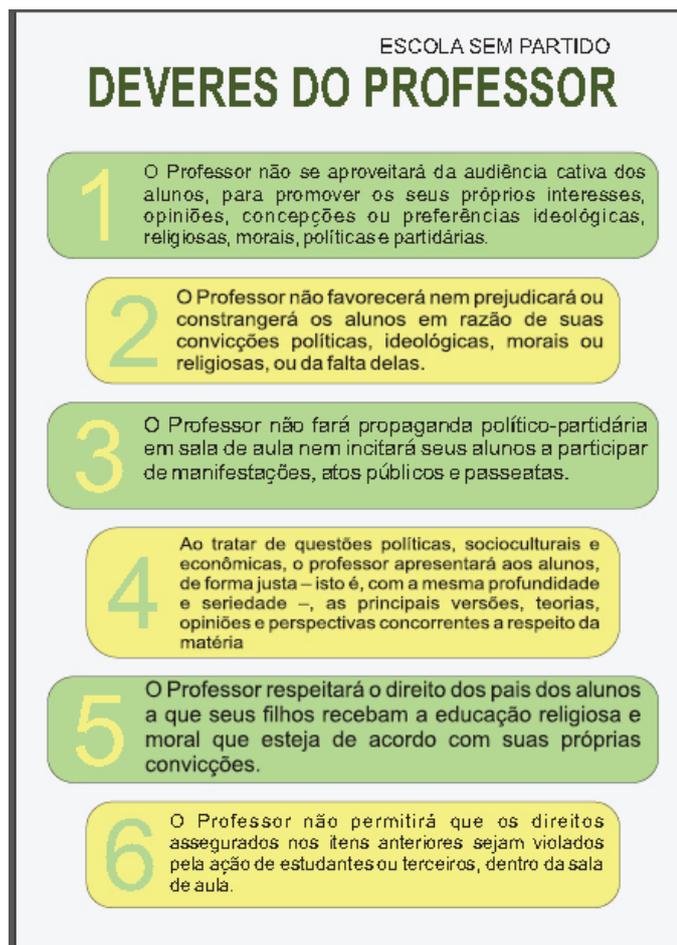


Imagem 2 – Printscreem de banner postado no site Escola Sem Partido
Fonte: Site do projeto Escola Sem partido. Acesso em: 19 ago. 2017

Os apoiadores do Projeto Escola Sem Partido defendem que esse cartaz deve ser fixado nas salas de aula, para que todos os alunos tenham conhecimento dos “seus direitos”. Analisando os seis pontos, observamos que o conteúdo restringe a liberdade de expressão dos professores e cria uma imagem distorcida da relação entre professor e aluno. É como se o professor, ao entrar em sala de aula, encarnasse a figura de um vilão manipulador que vai se aproveitar da audiência de seus alunos para lobotomizá-los, numa espécie de lavagem cerebral.

Em artigo publicado no site da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), inserido na coletânea *Resistências* (2016), Pedro Angelo Pagni (UNESP), Alexandre Filordi

de Carvalho (UNIFESP) e Sílvia Gallo (UNICAMP) analisam que o programa Escola Sem Partido ameaça seriamente as conquistas no que se refere aos direitos civis e as lutas dos movimentos pela igualdade de gênero, pela discussão das questões étnico-raciais e pelas diferenças em relação à orientação sexual, aos deficientes e à inclusão dos cidadãos que vivem na extrema pobreza como parte do processo de democratização do país.

Bolhas de controle social

Para entender como uma ideia se dissemina pelas redes sociais, atingindo um público cada vez maior, é necessário compreender as ferramentas de controle social. É nesse contexto que nos deparamos com as bolhas. A teoria do Filter Bubble (Filtros-bolha) foi elaborada pelo ativista norte-americano Eli Pariser. Santaella (2018) lembra que Pariser escreveu seu best-seller *Filter Bubble*, em 2011, cinco anos antes de dois acontecimentos considerados marcos na era da pós-verdade: a eleição de Donald Trump e o Brexit³ no Reino Unido. No Brasil a primeira edição foi publicada em 2012, com o título *O Filtro Invisível*. A pesquisadora explica que as bolhas são constituídas por pessoas que possuem a mesma visão de mundo, valores similares e o mesmo senso de humor. Acentua que as fontes para a geração de filtros personalizados incluem a história de buscas do usuário, o resultado de suas escolhas, sua interação com provedores de serviços, seus interesses demonstrados por produtos e serviços. Nada é ao acaso, tudo que se posta e compartilha nas redes sociais⁴ é também engolido pelos algoritmos de captura do perfil do usuário.

No livro *Democracia Conectada – A Internet como ferramenta de engajamento político democrática* (2014), Eduardo Magrani reforça o pensamento de Santaella e explica que a teoria da bolha reúne um conjunto de dados gerado por mecanismos algorítmicos utilizados para personificação de conteúdos da rede:

A internet estaria se transformando em um espaço no qual é mostrado o que se acha que é de nosso interesse, mas nos é ocultado aquilo que desejamos ou eventualmente precisamos ver. Desse modo, pode-se dizer que a *filter bubble* e seu caráter prejudicialmente paternalista pode implicar em restrições a direitos e a garantias fundamentais, a autonomia dos indivíduos e a liberdade de expressão, sendo prejudicial de forma geral para o debate na esfera pública conectada. No entanto, sabemos que a filtragem surgiu como uma necessidade e é muitas vezes considerada bem-vinda, gerando um comodismo muito grande ao usuário que encontra de forma rápida e eficaz, em grande parte das vezes, a informação ou qualquer outro conteúdo que deseja acessar (MAGRANI, 2014, p.120).

Para Magrani, a internet tem o potencial de se tornar um espaço de democratização, de debates, de apresentação de novas ideias e de mudanças de perspectiva. Contudo, algumas observações precisam ocorrer, como o estouro da bolha.

O controle das bolhas é fundamental para a exploração das *fake news*. Em um ensaio sobre as notícias falsas, Sérgio Branco (2017) classifica esse enclausuramento silencioso, como uma mistura de escolha tecnológica e analfabetismo digital que limita a diversidade. Uma vez na bolha, o usuário segue recebendo indefinidamente conteúdo postado por aqueles seus amigos e conhecidos com quem já detém

³ A saída do Reino Unido da União Europeia (UE) é apelidada de Brexit originada na língua inglesa resultante da junção das palavras Britain (Grã-Bretanha) e exit (saída). No dia 23 de junho de 2016 foi realizada a votação do referendo que aprovou a saída da União Europeia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Sa%C3%ADda_do_Reino_Unido_da_Uni%C3%A3o_Europeia. Acesso em: 18 mar. 2019.

⁴ Em sua tese de doutorado, Raquel Recuero (2006) explica que redes sociais na Internet são as redes de atores formadas pela interação social mediada pelo computador e explica que o estudo das redes sociais na Internet foca no problema de como as estruturas sociais surgem, quais são seus tipos, como são compostas através da comunicação mediada pelo computador e como essas interações são capazes de gerar fluxos de informações e trocas sociais que impactam essas estruturas.

afinidade ideológica. É uma zona de conforto sem conflitos e espaço para o contraditório. Há ainda o aspecto capitalista, principalmente no caso de páginas institucionais. O conteúdo dessas páginas é exibido a um número limitado de seguidores, para expandir essa bolha, é necessário pagar.

Para Sérgio Branco em nenhuma plataforma a liberdade de expressão teve tão grande impacto quanto nas redes sociais. Em outros meios de comunicação como jornais e revistas, sempre há um editor responsável por filtrar o conteúdo, o que não ocorre nas redes sociais, onde prevalece a vontade e a urgência do usuário.

Como se percebe, é a partir de escolhas dos usuários, mescladas a regras algorítmicas pouco claras, que o debate democrático encontra seus maiores obstáculos para consolidação na grande ágora que poderia ser a internet. Como o empenho maior parece ser quase sempre reforçar seus próprios argumentos, em vez de compreender os argumentos alheios, no mais das vezes sempre que a bolha pode ser potencialmente perfurada por um outsider, nós nos deparamos com ataques pessoais, informações falsas ou distorcidas, cinismo, deboche e toda sorte de manipulação linguística. Um diálogo de boa vontade é bastante raro (BRANCO, 2017, p. 57).

No livro *Como sair das bolhas* (2018), Pollyana Ferrari ressalta que a presença da informação mediada por uma tela de dispositivo móvel não é mais um privilégio de poucos, ela está presente na vida de grande parte da população global. O excesso de informação disponibilizado nas redes impede os usuários de lerem com atenção todas as notícias, refletir sobre seu conteúdo, buscar fontes alternativas, verificar os dados e emitir opiniões equilibradas. Dentro dessas bolhas se proliferam rapidamente as notícias falsas.

Apoio ao Projeto Escola Sem Partido nas redes sociais

A adesão ao projeto Escola Sem Partido, que no início parecia uma corrente segmentada foi tomando espaço em agendas políticas de todo o país, tramitando em câmaras municipais, assembleias legislativas, na câmara federal e no senado. A ascensão da bancada evangélica, forte defensora do projeto, pode explicar o seu avanço no meio político. O aumento do número de evangélicos no Brasil também explica o maior alcance desse discurso. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tinha em 2000, cerca de 26,2 milhões de pessoas que se disseram evangélicos, o que representava 15,4% da população. Em 2010, esse número saltou para 42,3 milhões, que equivale a 22,2% dos brasileiros. Em 19 de outubro de 2016, matéria publicada pelo jornal Estadão, cujo link⁵ está disponível na comunidade Escola sem Mordaça, destacava que a bancada evangélica iria comandar as discussões sobre o Escola Sem Partido no âmbito da Câmara Federal.

Temas como educação sexual, política e religiões de matriz africana são vistos como tabus, uma forma que os professores supostamente recorrem para coagir os alunos numa espécie de alienação cativa. Agora, os estudantes são estimulados a denunciarem os professores, inclusive com gravações em sala de aula. Entre os artigos propostos nos projetos de lei do Escola Sem Partido e similares, é comum o artigo referente ao combate à prática de doutrinação política e ideológica:

Art. 3º São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possa estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes (PL 867/2015).

⁵ Fonte: Estadão, disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,bancada-evangelica-vai-comandar-discussao-sobre-escola-sem-partido,10000083205>. Acesso em: 01 jun. 2018.

O primeiro projeto de Lei referente ao Escola Sem Partido foi aprovado em 2016 no estado de Alagoas, com o nome de *Escola Livre*. A lei alagoana proibia a doutrinação política e ideológica nas escolas estaduais, resguardando aos pais o direito de que seus filhos menores recebessem a educação moral livre de doutrinação política, religiosa ou ideológica. A lei foi suspensa em março de 2017 pelo ministro relator Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF). A expectativa era de que o Supremo analisasse a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) em 2018, o que ainda não ocorreu.



Imagem 3 – Printscreem de postagem realizada no dia 22 de março de 2017 na comunidade Escola sem Mordança/Facebook

Fonte: Página Escola sem Mordança, no Facebook. Acesso em: 30 abr. 2017

Nesse confronto entre correntes ideológicas diferentes, emergem conflitos ligados diretamente ao campo da educação – como o avanço das escolas militarizadas e as discussões em torno do estudo doméstico. É nesse contexto que surgem novos atores sociais e bolhas como o Movimento Brasil Livre (MBL), que dominam as ferramentas das redes sociais para disseminar ideias conservadoras e se firmar como a renovação, a solução para as práticas antigas de fazer política. Trata-se do antigo com nova roupagem.

O fascismo vestido de novo Movimento Brasil Livre

O Movimento Brasil Livre possui mais de 3 milhões de curtidas no Facebook, a página foi criada em 01 de novembro de 2014 e assume a posição de grande influenciadora digital da direita. O coletivo se denomina como “uma entidade que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera”.⁶ Uma reportagem do Le Mond Diplomatique Brasil⁷ resgata a origem do MBL, no interior de São Paulo, município de Vinhedos, tendo como base antecessora o movimento Renova Vinhedo, grupo de militância liberal.

⁶ Disponível em: https://www.facebook.com/pg/mblivre/about/?ref=page_internal. Acesso em: 20 mar. 2019.

⁷ Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-conservadorismo-moral-como-reinvencao-da-marca-m-bl-2/>. Acesso em: 20 mar. 2019.

Barcelos (2017) informa que apenas seis meses após a fundação do Renova Vinhedo, antecessor do MBL, seus membros investiram numa campanha eleitoral, com apoio ao candidato a deputado estadual Paulo Batista (PRP), famoso pelo bordão *raio privatizador*⁸ e por seus vídeos com apelo ao humor. A campanha não teve o sucesso eleitoral esperado, mas cultivou entre os membros a semente do que eles chamam de estética da zoeira:

Para eles, 'o uso da internet enquanto ferramenta era um pressuposto'. Portanto, era necessária a criação de uma 'estética da zoeira', advinda de fóruns e 'chans' [fóruns anônimos] de internet, mescla de uma postura anárquica e iconoclasta com montagens toscas e grosseiras e profundas referências à cultura pop'. Como conclui o Renova Vinhedo, 'zombar do sistema é sorrir para implodi-lo' (BARCELOS, 2017).

Se o Renova Vinhedo foi o pai do MBL, a mãe surgiu da ação dos *think tanks*⁹ norte-americanos, que são instituições formadoras do pensamento liberal por meio de grupos de interesse. Conforme Barcelos (2017), as diferentes organizações realizadoras dessas ações estão sob o guarda-chuva da rede *Atlas Network*, sediada nos Estados Unidos. Ainda sob influência dos grupos estrangeiros, foi criado em 2012, no Brasil o Estudantes pela Liberdade (EPL), que exerceu grande influência no nascimento do MBL, ao lado da Atlas.

É nesse cenário que os protestos de junho de 2013, pelo Passe Livre, colocam em evidência a insatisfação popular. Os membros do EPL não podiam participar dos protestos de 2013, devido ao recebimento de recursos das Tinks Tanks, que os impediam de desenvolver atividades políticas. A solução foi criar uma marca que dialogasse com o patriotismo de parcela da população, através do slogan Brasil Livre. Dentre os expoentes do grupo Estudantes pela Liberdade, responsável pela formação política de integrantes do MBL, destaca-se o atual deputado Kim Kataguiri, um jovem de 23 anos que é tido como o líder do MBL.

O grande auge do MBL foi no ano de 2016, quando eles foram às ruas pedir o *impeachment* da presidente Dilma Roussef. O movimento obteve ampla divulgação dos meios de comunicação, sobretudo da TV Globo, bem como de entidades como a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), que teve o famoso pato como símbolo dos protestos.

A filósofa Márcia Tiburi, em seu livro *Como conversar com um fascista* (2015) atribui ao analfabetismo político, o surgimento e a ascensão de coletivos como o MBL:

O que leva um indivíduo a reunir-se em um coletivo sem pensar com cuidado crítico nas causas e consequências dos seus atos configura aquilo que chamamos de analfabetismo político. Mas, no caso dos personagens jovens que surgem atualmente, líderes do fascistoide Movimento Brasil Livre, por exemplo, está em jogo a forma mais perversa de analfabetismo político. Aquele de quem foi manipulado desde cedo e não teve chance de pensar de modo autocrítico porque sua formação foi, no sentido político, 'de-formação', a interrupção da capacidade de pensar, de refletir e de discernir (TIBURI, 2015, p.50).

⁸ Conteúdo pode ser visto no YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=htD7wMjUuhI>. Acesso em: 20 mar. 2019.

⁹ Think tank: laboratório de ideias, gabinete estratégico, centro de pensamento ou centro de reflexão é uma instituição ou grupo de especialistas de natureza investigativa e reflexiva cuja função é a reflexão intelectual sobre assuntos de política social, estratégia política, economia, assuntos militares, de tecnologia ou de cultura. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Think_tank. Acesso em: 20 mar. 2019.

O site do MBL disponibiliza um documento¹⁰ com sete páginas que reúne as propostas do MBL para o Brasil em diversas áreas. A área da Educação abre esse documento, e traz as seguintes propostas:

- Implementação do sistema de vouchers para ensino básico, fundamental, médio e superior, com valor igual para todos os alunos de cada nível. Complemento separado para alunos com deficiência.
- Legalização do homeschooling.
- Apresentação do Projeto de Lei Escola Sem Partido em legislativos estaduais e municipais.
- Elaborar uma diretriz nacional buscando a redução do número de alunos por professor.
- Benefícios fiscais para pessoas físicas e jurídicas que custeiem educação de crianças e jovens de famílias que não podem pagar. Os municípios e/ou estados fariam o cadastramento das crianças.
- Expansão do Prouni para o ensino médio, fundamental e infantil.
- Incentivo tributário para empresas que façam pesquisa tecnológica em áreas de ciências exatas e biológicas.
- Diminuição da burocracia para o registro de patentes.
- Redução de impostos das escolas privadas.
- Militarização das escolas em áreas de risco, ou seja, em locais onde a iniciativa privada não tenha a possibilidade de atuar.
- Gestão privada de escolas públicas através de Organizações Sociais e Parcerias Público-Privadas.
- Promover a competição entre escolas públicas usando métricas como o exame PISA, fazendo parcerias com a iniciativa privada para premiações.
- Desburocratização do processo de abertura de escolas, cursos e do número de vagas em instituições de ensino privadas.
- Incentivo ao ensino técnico profissionalizante e desburocratização na contratação de estagiários.
- Facilitar o financiamento de empresas privadas em instituições educacionais de todos os níveis para fins de produção científica.

Dentre as propostas na educação expostas pelo MBL, destacamos o apoio ao projeto Escola Sem Partido, uma de suas principais metas, além da militarização das escolas, assunto que trataremos a seguir, a partir da análise da ascensão dos movimentos de Direita e suas ligações com correntes extremistas.

A ascensão de direita e sua ligação com o totalitarismo

A guinada da direita vem produzindo o que Michael Apple (2003) denomina *modernização conservadora*, que alterou o senso comum e transformou as condições materiais e ideológicas em torno do ensino. Esse novo bloco de poder exerce uma influência cada vez maior na educação:

Combina frações múltiplas de capital comprometidas com as soluções mercantilizadas que os neoliberais apresentam para os problemas educacionais, com os intelectuais neoconservadores que querem um 'retorno' a um padrão de qualidade melhor e a uma 'cultura comum', com os fundamentalistas religiosos populistas e autoritários, profundamente preocupados com a secularidade e a preservação de suas próprias tradições (APPLE, 2003, p.79).

Para Matthew D'Ancona (2018, p. 19), nós entramos em uma nova fase de combate político e intelectual, em que "ortodoxias e instituições democráticas estão sendo abaladas em suas bases por uma onda de populismo ameaçador". O atual cenário político mundial mostra o avanço das ideias e ações conservadoras que resgatam modelos de governo e regimes autoritários, como o totalitarismo e o fascismo.

Em *Origens do Totalitarismo* (1989), a filósofa judia Hannah Arendt descreve a gênese desses

¹⁰ Disponível em: <http://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

movimentos tomando com exemplos o regime nazista de Adolph Hitler na Alemanha e a experiência socialista com Stalin na Rússia. Arendt afirma que os regimes totalitários, enquanto no poder, e os líderes totalitários, enquanto vivos, sempre comandam e baseiam-se no apoio das massas (ARENDR, 1989). Para obter esse apoio das massas e instaurar esses regimes totalitários, entra em cena a propaganda dos movimentos totalitários, “invariavelmente tão franca quanto mentirosa”, sentenciou Arendt (1989, p. 356), ressaltando que os governantes totalitários geralmente iniciam suas carreiras vangloriando-se de crimes passados e planejando cuidadosamente os seus crimes futuros:

Os movimentos totalitários objetivam e conseguem organizar as massas — e não as classes, como o faziam os partidos de interesses dos Estados nacionais do continente europeu, nem os cidadãos com suas opiniões peculiares quanto à condução dos negócios públicos, como o fazem os partidos dos países anglo-saxões. Todos os grupos políticos dependem da força numérica, mas não na escala dos movimentos totalitários, que dependem da força bruta, a tal ponto que os regimes totalitários parecem impossíveis em países de população relativamente pequena, mesmo que outras condições lhes sejam favoráveis (ARENDR, 1989, p. 342).

Dessa forma, os governos totalitários se tornam viáveis apenas onde há grandes massas supérfluas que podem ser sacrificadas. Já os movimentos totalitários são possíveis onde existam massas que, indiferente do motivo, desenvolveram interesse pela organização política. A autora justifica que as massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis. Para Arendt, o termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores.

Há uma assustadora semelhança entre o que Hannah Arendt conceituou como movimentos totalitários e essa ascensão de movimentos fundamentalistas alinhados à extrema direita, bem como o perigo das *massas neutras*. A autora afirma que o sucesso dos movimentos totalitários entre as massas significou o fim de duas ilusões dos países democráticos em geral:

A primeira foi a ilusão de que o povo, em sua maioria, participava ativamente do governo e todo indivíduo simpatizava com um partido ou outro. Esses movimentos, pelo contrário, demonstraram que as massas politicamente neutras e indiferentes podiam facilmente constituir a maioria num país de governo democrático e que, portanto, uma democracia podia funcionar de acordo com normas que, na verdade, eram aceitas apenas por uma minoria. A segunda ilusão democrática destruída pelos movimentos totalitários foi a de que essas massas politicamente indiferentes não importavam, que eram realmente neutras e que nada mais constituíam senão um silencioso pano de fundo para a vida política da nação. Agora, os movimentos totalitários demonstravam que o governo democrático repousava na silenciosa tolerância e aprovação dos setores indiferentes e desarticulados do povo, tanto quanto nas instituições e organizações articuladas e visíveis do país. Assim; quando os movimentos totalitários invadiram o Parlamento com o seu desprezo pelo governo parlamentar, pareceram simplesmente contraditórios; mas, na verdade, conseguiram convencer o povo em geral de que as maiorias parlamentares eram espúrias e não correspondiam necessariamente à realidade do país, solapando com isto a dignidade e a confiança dos governos na soberania da maioria (ARENDR, 1989, p. 246).

A apatia e a indiferença das massas com a política podem trazer sérias consequências. Aplicando os conceitos de Arendt ao nosso objeto do estudo, identificamos algumas características do projeto Escola Sem Partido com os movimentos totalitários. O recrutamento da massa e a propaganda por novas plataformas de mídias digitais, como as redes sociais, conquistam essa parcela de pessoas que não se pronunciavam, mas se identificam com o tom alarmista e ameaçador adotado em textos, vídeos e correntes de WhatsApp. O projeto Escola Sem Partido seria, então, um movimento totalitário que usa das liberdades democráticas com o objetivo de suprimi-las.

A comunidade Escola sem Mordça

Final do primeiro semestre de 2016. No dia 30 de junho daquele ano, a página Escola sem Mordça fazia sua primeira postagem no Facebook, anunciando o lançamento da Frente Nacional contra o projeto Escola Sem Partido. O lançamento estava marcado para o dia 13 de julho de 2016, no Rio de Janeiro, tendo como local o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ.



Imagem 4 – Printscreen da primeira postagem da página Escola sem Mordça/Facebook, julho de 2016
Fonte: Página Escola Sem Mordça, no Facebook. Acesso em: 12 jul. 2017.

O mês de julho foi intenso, com muitas postagens na página. Naquele momento o foco principal era o lançamento da Frente Nacional. No dia 6 de julho 2016, a página trouxe a informação de que o estado de Alagoas foi o primeiro do país a autorizar a *Lei da Mordça*, sob o nome Escola Livre. Como forma de legitimar sua bandeira de luta, a fala de outras pessoas e reportagens de jornais e revistas foram sendo incorporadas e apropriadas. Um exemplo é a postagem de 14 de julho de 2016, em que a revista Caros Amigos trouxe um texto afirmando que o projeto Escola Sem Partido era mais autoritário que o currículo educacional da ditadura.



Imagem 5 – Printscreen repercutindo reportagem da revista Caros Amigos/Facebook em 14 de julho de 2016
Fonte: Página Escola Sem Mordça, no Facebook. Acesso em: 13 jul. 2017

Ainda em julho de 2016, o senado federal lançou uma consulta pública sobre o PLS 193/2016, de autoria do senador Magno Malta. O resultado da consulta mostrou que a maioria das pessoas era contra a implantação do programa Escola Sem Partido, foram 199.873 votos a favor da proposta e 210.819 votos contrários. Na comunidade Escola sem Mordança houve muito incentivo para que as pessoas votassem contra o projeto. A postagem mais frequente dizia: “#escolasemmordança Não permita que o PL ‘Escola Sem Partido’ seja aprovado: lute conosco contra esse retrocesso!”.

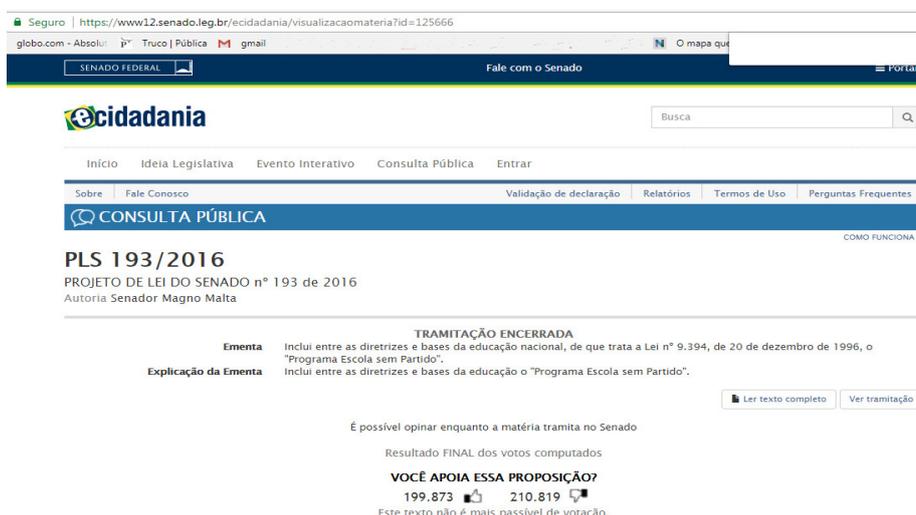


Imagem 6 – Printscreem do Resultado da consulta pública realizada pelo Senado Federal
Fonte: Site do Senado Federal, portal E-cidadania. Acesso em: 03 mar. 2017

Em 19 de julho de 2016, o programa *Sala Debate*, que vai ao ar no Canal Futura, promoveu um debate sobre o projeto. De um lado o professor da UFF, Fernando Penna, do outro lado o fundador da Escola Sem Partido, o advogado Miguel Nagib. Neste mesmo dia um tuitaço foi realizado promovendo a hashtag #Escolasemmordança.

Pesquisando o histórico das postagens da página, verificamos que uma das ferramentas mais utilizadas para gerar engajamento é a publicação de memes, que alcançam grande repercussão e compartilhamento devido ao seu caráter de replicação. Sobre a natureza dos memes, Raquel Recuero (2009) afirma que uma história nunca é contada exatamente do mesmo modo e essas pequenas variações vão gerando grandes mudanças com o passar do tempo. A seleção é o elemento que faz com que alguns memes chamem mais a atenção do que outros, permanecendo e sendo mais copiados, enquanto outros não são lembrados.

Caracterizando os memes, Recuero (2009) aborda os do tipo mimético, que apesar de sofrerem mutações e recombinações, permanecem como a mesma estrutura e são facilmente referenciáveis como imitações. Identificamos o uso desse tipo de meme nas postagens em julho de 2016. A publicação faz referência ao famoso meme da apresentadora Bela Gil, que em seu programa *Bela Cozinha*, na grade do canal pago GNT, oferece alternativas saudáveis à alimentação.



Imagem 7 – Meme publicado em 20 de julho de 2016 na comunidade Escola sem Mordação/Facebook
Fonte: Página Escola Sem Mordação, no Facebook. Acesso em: 05 mar. 2017



Imagem 8 – Meme Escola Sem Pastores, publicado em 20 de julho de 2016 na comunidade Escola sem Mordação/Facebook
Fonte: Página Escola Sem Mordação, no Facebook. Acesso em: 15 mar. 2017

Outras formas de engajamento são comumente associadas à página, como a publicação de manifestos gerados por plataformas digitais como a Change – que coleta assinaturas em forma de petições e abaixo-assinado online. O objetivo dessas iniciativas é mostrar apoio popular, através da adesão de pessoas que aprovam o manifesto, uma forma de mostrar sua legitimidade de sua causa. Por meio de ferramenta de busca na plataforma Change encontramos resultado de 31 petições relacionadas diretamente ao Escola Sem Partido. O mecanismo de busca aumenta o resultado quando inserimos outras palavras-chave, como Escola sem Mordação, Escola sem Censura e Escola sem Fascismo. Além de petições contra o projeto, também aparecem, em menor número, alguns manifestos favoráveis ao projeto.

O apoio de entidades externas também é amplamente divulgado, como a declaração de inconstitucionalidade do projeto pelo Ministério Público Federal (MPF), publicado no dia 24 de julho de 2016:



Imagem 9: Printscreem sobre o posicionamento do MPF, publicado no dia 24 de julho de 2016 pela Comunidade Escola sem Mordança/Facebook Fonte: Página Escola Sem Mordança no Facebook. Acesso em: 05 abr. 2017

No final de julho, a frente Escola sem Mordança convocou interessados para somar no trabalho de articulação, formação de pautas, construção de um canal no Youtube, perfis no Instagram e Twitter, site, gestão da *fanpage* no Facebook e a criação das frentes estaduais. O lançamento do canal do YouTube¹¹ não teve a repercussão esperada pelos organizadores. Embora o espaço esteja no ar, foram lançados apenas quatro vídeos e estes tiveram pouca audiência.

Em seus estudos, Raquel Recuero (2006) aborda de forma consistente que uma das características dos movimentos sociais ancorados na internet é a Cooperação. Ao pesquisar o histórico dos movimentos sociais na era da Internet, Manuel Castells (2013) aponta que as redes sociais da Internet são espaços de autonomia que vão além do controle de governos e empresas que, ao longo do tempo, exerceram o monopólio de canais de comunicação. Para Castells (2013), a insurgência não tem início como um programa ou uma estratégia política, mas pelas ações emocionais. Portanto, a insurgência é uma consequência e surge a partir da liderança, interna ou externa do movimento, quando se fomenta agendas políticas, ideológicas e pessoais que podem ou não se relacionar às origens e motivações dos participantes do movimento. Porém, o estopim de um movimento social começa quando a emoção se transforma em ação.

Nesse sentido da cooperação e da solidariedade, nos meses de outubro e novembro de 2016, a ocupação de centenas de escolas no Brasil, com estudantes se posicionando contra a reforma do Ensino Médio foi fortemente repercutida com a divulgação de vídeos, fotos e notícias. O site do coletivo foi lançado no dia 20 de novembro de 2016, com o domínio www.escolasemmordaca.org.br.

Desde então, a notícia mais atualizada remete a agosto de 2018. O ano de 2016 representa o auge do movimento Escola sem Mordança. A partir de 2017, as publicações foram sendo reduzidas, ao ponto de no mês de janeiro de 2017, haver apenas duas postagens. Até março de 2017, o assunto principal eram as repercussões em torno do projeto Escola Sem Partido. A partir de abril e maio de 2017, as postagens passam a agregar outras pautas políticas. Tarrow defende que o “declínio da massa militante não significa um declínio do movimento social clássico” (2009, p.92), mas determina um novo ciclo de confronto que se mostra instável e sujeito a divisão.

¹¹ Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCc88YWG_qwrV7I27zxLgTJg. Acesso em: 8 jun. 2018.

O monitoramento realizado pelo coletivo Professores Contra o Escola Sem Partido

O coletivo Professores contra o Escola Sem Partido é um movimento de insurgência com forte ressonância nas redes sociais. Mantendo uma rotina diária de atualizações, com uma média de três publicações diárias, o coletivo surgiu em agosto de 2015, no Facebook. Eles se identificam como um grupo de professores e alunos que fazem oposição ao projeto Escola Sem Partido. A página do coletivo no Facebook mantém uma postagem fixa, onde está disponível o mapa com o número de projetos em tramitação no país.

A pesquisadora Fernanda Pereira de Moura catalogou os projetos de lei que fazem alusão ao Escola Sem Partido e analisou o impacto dos mesmos para o ensino de História. Até o início de março de 2018 foram catalogados mais de 150 projetos¹² em tramitação no país, número que é constantemente atualizado.

No blog do coletivo há uma seção, denominada de *Mobilização*, onde são disponibilizados dois links. Em um deles, os leitores podem assinar a carta Em Defesa da Liberdade de Expressão em Sala de Aula¹³; no outro, é possível acessar o formulário Mobilização Contra o Escola Sem Partido¹⁴, no qual o simpatizante pode contribuir com a coleta de informações a respeito de como andam a resistência e oposição ao *Escola Sem Partido* pelo Brasil.

A carta *Em Defesa da Liberdade de Expressão em Sala de Aula*, de autoria do professor Fernando de Araújo Penna (UFF), um dos porta-vozes do movimento de resistência contra o Escola Sem Partido, destaca que nenhum cidadão brasileiro, em qualquer situação, deve ser privado da sua liberdade de expressão:

Todos devem, em todos os momentos, respeitar os limites impostos pelas leis à sua liberdade de fala sem nunca abrir mão dela. O professor obviamente tem um programa a seguir, mas como ele fará isso – recorrendo a qualquer concepção pedagógica válida e relacionando a matéria com as temáticas que julgar pertinentes – depende apenas dos seus saberes profissionais.¹⁵

Por meio da página, os professores podem compartilhar relatos sobre casos de perseguição, censura ou retaliação sofridas no ambiente de trabalho. Como exemplos de denúncias aparecem acusação de *doutrinação*, ser impedido de trabalhar com questões de gênero ou de religiões de matriz africana, dentre outras denúncias.

A iniciativa do coletivo *Professores contra o Escola Sem Partido* condiz com o que Boaventura de Sousa Santos designa o procedimento de tradução, como um trabalho simultaneamente intelectual e político, além de emocional, pois “pressupõe o inconformismo perante uma carência decorrente do carácter incompleto ou deficiente de um dado conhecimento ou de uma dada prática” (SANTOS, 2010, p.129). Através de estudos, levantamento de dados e monitoramento, o trabalho desenvolvido pelos sujeitos do coletivo *Professores contra o Escola Sem Partido* oferece aos leitores informações contextualizadas e um panorama sobre a abrangência do projeto Escola Sem Partido. A resposta é permanente e possui uma lógica específica que lhe confere atualização diária.

¹² Disponível em: <https://professorescontraoescolasempartido.files.wordpress.com/2018/03/tabela-1-panorama-do-escola-sem-partido-no-brasil-1.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2018.

¹³ Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdx9JZR9HM9QGItDI4NXRncZgwfB13OY-6c0Wk-4eP7jeccyyw/viewform>. Acesso em: 02 mar. 2018.

¹⁴ Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSf4p_j_tWFPX9KwZM0iIG9gDWo-eCjmZ4r-22TOS06ovIQ2Lzw/viewform#responses. Acesso em: 02 mar. 2018.

¹⁵ Disponível em: <https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/mobilizacao-contra-o-esp/>. Acesso em: 02 mar. 2018.

A página utiliza a convergência de mídias como estratégia de divulgação. É por meio do Facebook que eles divulgam o canal no Youtube, o perfil no Instagram e disponibilizam *podcasts*¹⁶ com temas atualizados sobre educação democrática e combate à censura na escola.

Essa postura é um exemplo dos repertórios de ação coletiva, dos quadros culturais e das estruturas de mobilização como fontes potenciais de poder, que “podem ser empregados tão facilmente para o controle social quanto para as revoltas” (TARROW, 2009, p.87). Como exemplo, citamos a liberação de comentários e postagens públicas que são contrárias ao que o coletivo prega. Essa postura, em permitir a expressão do pensamento contrário, demonstra uma tentativa de ampliar a bolha em que o coletivo está inserido, além de notificar as lacunas e fragilidades presentes nesse discurso, o que demonstra um exercício de argumentação. Isso fica evidenciado em uma postagem em janeiro de 2019:

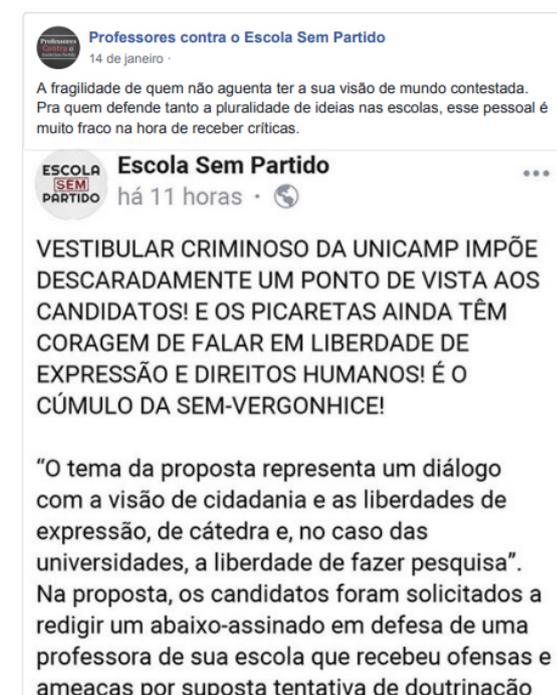


Imagem 10 – Printscreem de postagem na comunidade Professores contra o Escola Sem Partido/ Facebook em 14 de janeiro de 2019

Fonte: Página Professores Contra o Escola Sem partido, no Facebook. Acesso em: 14 mar. 2019

A imagem 10 exemplifica o que Sidney Tarrow chama de “Quadro interpretativo da injustiça”, que ocorre quando os movimentos sociais inserem os descontentamentos de forma coletiva em quadros amplos. O enquadramento interpretativo não se relaciona apenas à generalização dos descontentamentos, mas define o “nós” e “eles” na estrutura de conflito de um movimento.

Sobre o engajamento das pessoas em confrontos políticos, Tarrow (2009) acrescenta que isso ocorre quando suas lutas giram em torno de grandes divisões na sociedade:

¹⁶ O *podcast* é como um programa de rádio, porém sua diferença e vantagem primordial é o conteúdo sob demanda. Você pode ouvir o que quiser, na hora que bem entender. Basta acessar e clicar no play ou baixar o episódio. Disponível em: <https://mundopodcast.com.br/artigos/o-que-e-podcast/>. Acesso em: 22 mar. 2019.

Quando reúnem pessoas em volta de símbolos culturais herdados e quando podem ampliar ou construir densas redes sociais e estruturas conectivas, então esses episódios de confronto resultam em interações sustentadas com opositores – especificamente, em movimentos sociais (TARROW, 2009, p. 30).

A ação coletiva do confronto é uma das bases dos movimentos sociais. Tarrow (2009) afirma que esta ação do confronto político ocorre quando pessoas comuns, sempre aliadas a cidadãos mais influentes, unem forças para resistir e enfrentar as elites, autoridades e opositores.

Sobre o uso das redes sociais como meio para o confronto, Malini e Antoun (2013) afirmam que a comunidade ativista transformou o sentido da palavra resistência ao mergulhar nas entranhas da Internet e constituir com postura anárquica e libertária às suas comunidades e práticas. “Resistir tornou-se também inventar os movimentos através dos quais os modos autônomos de viver e governar a própria vida possam ser, ao mesmo tempo, as formas de lutar e se manifestar publicamente” (2013, p. 142).

De outubro de 2018, às vésperas da eleição presidencial, até 13 março de 2019, catalogamos 258 páginas de postagens, um volume que mostra o nível de organização e atualizações diárias, fatores que ajudam a fidelizar a atenção dos leitores. A média de publicações gira em torno de três postagens ao dia, porém, em períodos de maior acirramento político, como a votação do projeto, esse número aumenta.

Considerações finais

A discussão sobre o projeto Escola Sem Partido acontece no momento em que o Brasil atravessa uma de suas maiores crises políticas, com manifestações nas ruas, troca de governo e criação de dispositivos que mudam o ensino médio, como a Base Nacional Comum Curricular. Um marco nesse estudo: 2016 foi o ano em que os professores foram mais atacados em sala de aula sob acusação de doutrinação ideológica. Fazendo um paralelo com a sociedade contemporânea, percebemos que hoje, as insatisfações são expostas no universo virtual e a internet é usada como ferramenta para reivindicar direitos nas redes sociais. No caso estudado, o que está em risco é um direito constitucional que alcança professores e alunos: liberdade de aprender e liberdade de educar.

Esta pesquisa foi realizada no ambiente da Internet, no Facebook. Analisamos o engajamento das pessoas ancorando-se no conceito dos “quadros interpretativos abrangentes”, de Sidney Tarrow (2009) e usamos o procedimento de Tradução, do sociólogo Boaventura de Sousa Santos para analisar o trabalho de articulação, colaboração e registro desenvolvido pelos sujeitos das comunidades estudadas. Para Santos, o objetivo da tradução entre práticas e seus agentes é criar as condições para uma justiça social global a partir da imaginação democrática, pois “pressupõe o inconformismo perante uma carência decorrente do carácter incompleto ou deficiente de um dado conhecimento ou de uma dada prática” (SANTOS, 2010, p. 129).

Como problemática, propusemo-nos a analisar como a ação coletiva como base nos movimentos sociais é organizada nas redes sociais e de que forma esses espaços se consolidam como campo de debate político. Verificamos que os dois coletivos estudados conseguiram atingir um grande número de seguidores. Eles utilizam suas redes para divulgar reuniões, debates, fazer mobilizações, pressionar políticos e até impedir votações.

Ambas as páginas utilizam de forma eficiente as ferramentas virtuais para deflagrar as bandeiras de lutas e, com a interação, conseguem conquistar mais adeptos, ampliando a bolha imposta pelos algoritmos e pela arquitetura própria das redes como Facebook, que limitam o alcance das mensagens. Tais páginas crescem e se mobilizam em meio a um processo histórico que indica o avanço dos movimentos conservadores e de extrema direita pelo mundo. É assustador pensar que regimes como o totalitarismo, que influenciou e anulou o pensamento das massas, vem atuando em nova roupagem nas redes sociais, aqui contextualizado pelo MBL.

Numa perspectiva otimista, acreditamos que os motins digitais podem oferecer resistências, no entanto, a polêmica em torno do projeto Escola Sem Partido está longe de acabar. Sua influência nas

escolas, disseminada por discursos cada vez mais conservadores nas salas de aula e no meio político, é prova de que esse projeto faz parte de algo maior e bem mais perigoso: trata-se de um movimento mundial de ascensão da extrema direita, essa nova direita que domina as ferramentas tecnológicas de comunicação, utilizando-as como perigosas trincheiras virtuais.

Referências

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

APPLE, M. W. **Ideologia e Currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

APPLE, M. W. **Conhecimento Oficial: a educação democrática numa era conservadora**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

APPLE, M. W. **Educando à Direita: Mercados, Padrões, Deus e Desigualdade**. São Paulo: Cortez Editora/ Instituto Paulo Freire, 2003.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BARCELOS, Gabriel. O conservadorismo moral como reinvenção da marca MBL. **Le Monde Diplomatique**, 01 out. 2017. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-conservadorismo-moral-como-reinvencao-da-marca-mbl/>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BEDINELLI, Talita. O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis. **El País**, São Paulo, 25 jun. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html. Acesso em: 01 jun. 2018.

BRANCO, Sérgio. Fake News e os Caminhos para Fora da Bolha. **ITS Rio**, sem data de publicação, 2017. Disponível em: <https://itsrio.org/wp-content/uploads/2017/08/sergio-fakenews.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O paradoxo da esquerda no Brasil. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 74, p. 25-45, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/n-ec/n74/29638.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2019.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade: A nova guerra contra os fatos em tempos de Fake News**. Barueri: Faro, 2018.

FAGUNDEZ, Ingrid. Mesmo sem lei, Escola Sem Partido se espalha pelo país e já afeta rotina nas salas de aula. **BBC News Brasil**, São Paulo, 05 nov. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46006167>. Acesso em: 16 nov. 2018.

FERRARI, Pollyana. **Como sair das bolhas**. São Paulo: Educ, 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A Internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MAGRANI, Eduardo. **Democracia Conectada – A Internet como Ferramenta de Engajamento Político Democrático**. Curitiba: Juruá, 2014

- MARCUSE, H. **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MOURA, Fernanda Pereira de. **Escola Sem Partido**: relações entre estado, educação e religião e os impactos no ensino de história. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.
- MOURA, Fernanda Pereira de. Escola Sem Partido: Origens e Ideologias. **Ciência Hoje**, 06 fev. 2019. Disponível em: <http://cienciahoje.org.br/artigo/escola-sem-partido-origens-e-ideologias/?fbclid=IwAR2cwlhKDme33lWstsyW-P9stBrfWaDgfsJAcCA2iZo6JrCr3Jh96KLR8g4>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- PAGNI, Pedro Angelo; CARVALHO, Alexandre Filordi de; GALLO, Sílvio. O programa Escola Sem Partido e a destruição de uma das virtudes modernas da escola. **Anped**, Rio de Janeiro, 03 ago. 2016. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/o-programa-escola-sem-partido-e-destruicao-de-uma-das-virtudes-modernas-da-escola>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- PARISER, Eli. **O filtro invisível**: o que a Internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- PENNA, Fernando. O ódio aos professores. *In*: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). **A ideologia do Movimento Escola Sem Partido – 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2016.
- PENNA, Fernando. Programa Escola Sem Partido: Uma ameaça à educação emancipadora. *In*: GABRIEL, Carmen Teresa; MONTEIRO, Ana Maria; MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim (Orgs.). **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- RECUERO, Raquel. **Comunidades virtuais em redes sociais na internet**: proposta de tipologia baseada no fotolog.com. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.
- SANTAELLA, Lúcia. **A Pós verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2018.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a Democracia**: os caminhos da Democracia Participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, Marco Aurélio Moura dos. **O Discurso do Ódio em Redes Sociais**. São Paulo: Editora Lura, 2016.
- TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento**: Movimentos Sociais e Confronto Político. Petrópolis: Vozes, 2009.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Karlla Christine Araújo Souza é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba com habilitação em Antropologia (2004), tem Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba PPGS/UFPB (2006), Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba PPGS/UFPB (2010) e Pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2019). Atualmente é professora adjunta IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Iuska Kalianny Freire de Oliveira é graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba (2003), tem Especialização em Assessoria de Comunicação pela Universidade Potiguar (2012) e Mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN) (2019). Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto e revisão da versão em língua estrangeira.